

## Pensamento político moderno

1. (UEL 2003) “Toda cidade [polis], portanto, existe naturalmente, da mesma forma que as primeiras comunidades; aquela é o estágio final destas, pois a natureza de uma coisa é seu estágio final. (...) Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade.” (ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Trad. De Mário da Gama Kuri. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. p. 15.)

De acordo com o texto de Aristóteles, é correto afirmar que a polis:

- a) É instituída por uma convenção entre os homens.
- b) Existe por natureza e é da natureza humana buscar a vida em sociedade.
- c) Passa a existir por um ato de vontade dos deuses, alheia à vontade humana.
- d) É estabelecida pela vontade arbitrária de um déspota.
- e) É fundada na razão, que estabelece as leis que a ordenam.

2. (Enem 2012) “Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.” MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo.

No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

3. (Enem 2013) “Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se”. MAQUIAVEL, N. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- a) munido de virtude, com disposição nata para praticar o bem a si e aos outros.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

4. (Enem 2010) “O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.” MAQUIAVEL, N. O Príncipe. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu O Príncipe, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação dos servos
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe

5. (UEL 2003) “Sabemos que Hobbes é um contratualista, quer dizer, um daqueles filósofos que, entre o século XVI e o XVIII (basicamente), afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade está num contrato: os homens viveriam, naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de comércio social e de subordinação política.” (RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2000. p. 53.)

Com base no texto, que se refere ao contratualismo de Hobbes, considere as seguintes afirmativas:

- I. A soberania decorrente do contrato é absoluta.
- II. A noção de estado de natureza é imprescindível para essa teoria.
- III. O contrato ocorre por meio da passagem do estado social para o estado político.
- IV. O cumprimento do contrato independe da subordinação política dos indivíduos.

Quais das afirmativas representam o pensamento de Hobbes?

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas I e III.
- c) Apenas as afirmativas II e III.
- d) Apenas as afirmativas II e IV.
- e) Apenas as afirmativas III e IV.

6. (UEL 2006) “O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam de jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo

aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.” (HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 82.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o Estado de natureza em Hobbes, considere as afirmativas a seguir.

- I. Todos os homens são igualmente vulneráveis à violência diante da ausência de uma autoridade soberana que detenha o uso da força.
- II. Em cada ser humano há um egoísmo na busca de seus interesses pessoais a fim de manter a própria sobrevivência.
- III. A competição e o desejo de fama passam a existir nos homens quando abandonam o Estado de natureza e ingressam no Estado social.
- IV. O homem é naturalmente um ser social, o que lhe garante uma vida harmônica entre seus pares.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

6. (UFMS) Na citação: “Chama-se gato uma ligação elétrica clandestina entre a rede e uma residência. Usualmente, o gato infringe normas de segurança, porque é feito de pessoas não-especializadas. O choque elétrico, que pode ocorrer devido a um gato malfeito, é causado por uma corrente elétrica que passa através do corpo humano”.

Observamos no trecho um problema de ordem política e econômica. Considere a teoria política hobbesiana, que afirma: “Onde não há propriedade não pode haver injustiça e onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há Estado, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas”

Assim, a prática dos “gatos”, uma vez que vivemos sob o regime de um Estado, implica uma

- I. injustiça porque lesa o direito à propriedade privada.
- II. injustiça porque as ligações clandestinas representam um perigo para as pessoas.
- III. ilegalidade por desobedecer à legislação do Estado sobre a propriedade privada.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas I e III

## Gabarito

1. B
2. A
3. E
4. C
5. E
6. C
7. A
8. A
9. 21 (01+04+16)
10. (Gabarito oficial) O aspecto histórico da questão diz respeito ao esforço de Galileu para argumentar em favor da distinção entre a verdade da religião e o conhecimento científico, de modo que ficasse claro a dependência da primeira em relação à revelação e à Igreja, e a autonomia do segundo, cuja verdade deve pautar-se exclusivamente por sua comprovação, racionalidade e verificação. Quanto ao método científico proposto por Galileu, ele envolvia estes procedimentos de observação dos fenômenos, de formulação teórica (sobretudo matemática) de sua explicação e a realização de experiências para ou suscitar explicações ou para comprovar ou refutar as que tivessem sido concebidas.